

“HOLY MOUNTAINS”¹: O SUSSURRO HISTÓRICO NA BUSCA POR RECONHECIMENTO

“HOLY MOUNTAINS”: THE WHISPERED HISTORY IN SEARCH OF RECOGNITION

Mayron Morais Damasceno*
Cláudia Luiz Lourenço**

Como citar: DAMASCENO; Mayron Morais; LOURENÇO, Cláudia Luiz. “Holy mountains”: o sussurro histórico na busca por reconhecimento. *Scientia Iuris*, Londrina, v. 20, n. 3, p.72-100, nov. 2016. DOI: 10.5433/2178-8189.2016v20n3p72. ISSN: 2178-8189.

* Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). Advogado. E-mail: mayronmoraisd@gmail.com.

** Pós-doutoranda em Direito Constitucional pela Università degli Studi di Messina. Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). Mestre em Direito pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Especialista em Direito Público pela Universidade de Rio Verde (FESURV) - Axioma Jurídico. Especialista em Docência Universitária pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). Especialista em Direito Penal pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professora Adjunta da Universidade Federal de Goiás (UFG). Professora Horista-Assistente da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). Advogada. E-mail: profaclaudialuizlourenco@gmail.com.

Resumo: O presente artigo tem como temática a abordagem dos Direitos Humanos, de modo a demonstrar como a visibilidade histórica dos atos deflagrados pelas gerações passadas serve como intermédio na construção de uma sociedade mais humana e igualitária. Seu principal intuito não é trazer à baila o desespero,

1 A expressão “holy mountains” aqui utilizada significa “montanha sagrada” e se refere ao monte Ararat, tido como símbolo nacional dos armênios. Título utilizado como inspiração por ser o mesmo nome de uma música da banda Americana de metal, System of a Down, formada por quatro integrantes armênios que a usaram para retratar o genocídio ocorrido em sua terra natal. Atualmente, no ano de 2015, estão em turnê cujo nome “Wake up the souls” (despertar das almas) busca a conscientização das pessoas sobre o genocídio que completa cem anos (MALAKIAN; TANKIAN, 2005).

a amargura ou desejo de vingança, é, contudo, tratar sobre os perigos em que o ser humano pode incorrer ante sua busca desmesurada por poder. Nesse intuito é que se tratará sobre o genocídio Armênio que foi um dos primeiros atos que quase exterminou grande parcela de um povo, genocídio executado pelos atos de imposição do antigo exército Turco-Otomano; essa importância advém do fato de que esse acontecimento é pouco ou quase nada conhecido na sociedade, logo, sua existência e reconhecimento não servem para manchar a história da atual Turquia, mas para expor os erros passados e modificar o presente.

Palavras-chave: Império Turco-Otomano; genocídio; Armênia; reconhecimento; direitos humanos.

Abstract: This paper focuses and analyzes human rights in order to demonstrate the historical importance of actions triggered by past generations, which serves as a building block in the construction of a more humane and egalitarian society. Its goal is not to cultivate despair, bitterness or desire for revenge but to clarify the dangers that man can bread in his unquenchable quest for power, such as the Armenian genocide, which nearly wiped out a large portion of the populace. This genocide was executed

by imposition of the old Ottoman-Turkish army and even though this event is virtually unknown in society, it holds historical significance and importance. Furthermore, its existence and recognition should not tarnish present-day Turkey, but should expose past mistakes as a means to modifying the present.

Keywords: Turkish-Ottoman Empire; genocide; Armenia; recognition; human rights.

INTRODUÇÃO

O grande mal do ser humano contemporâneo é a individualidade, de modo que suas auspicações, disposições e conquistas sempre possuem como ponto de partida seu “eu” interno, sem ter consideração com as consequências externas que determinados atos ou perpetuação de ações acarretam ao social. Assim, a finalidade primordial, do presente artigo é trazer a tona um assunto de pouco conhecimento social e global, qual seja, o genocídio armênio, buscando mostrar, não a capacidade do horror humano, sim, a possibilidade de mudança e aceitação, tolerância, convivência igualitária.

É visível, no meio internacional, a importância de se defender a dignidade da pessoa humana (SANDEL, 2014), da difusão de direitos iguais, de uma justiça igualitária e propagação da paz entre as nações. O mútuo respeito internacional e nacional. De modo que se busca estabelecer uma vida entre nações que se considerem como iguais, não uma vendo vantagens, seja econômica, política ou financeira, sobre a outra, mas como complementares, de modo que um possa auxiliar o outro com suas carências sem exigir uma contrapartida. Preserva-se com este intuito uma boa vida em comunidade, um respeito e tolerância para com o diferente.

A relevância de trazer à baila tal assunto advém pelo fato de o genocídio armênio estar completando seu centenário, mesmo que nunca tenha sido aceito como tal pela Turquia, herdeira do Império Turco-Otomano, perpetrador dos atos genocidas. Em continuidade, antes de ingressar nos contextos históricos e sociais que acarretaram em tal efemeridade, é necessário se estabelecer a finalidade dos Direitos Humanos enquanto defensor da pessoa humana e de suas características

intrínsecas, além de trazer a consideração do genocídio, possibilitando, ao final, retratar a importância do reconhecimento, por parte da Turquia, e demais países da comunidade internacional, de que tal acontecimento foi um erro.

O genocídio é um ato brutal contra um grupo de pessoas de modo que sua ação principia o extermínio, seja por questões culturais, religiosas, étnicas ou raciais. Prontamente, é de se denotar que os atos perpetrados pelo exército turco-otomano: dizimar parte de seu exército por ser composta de armênios, todos fuzilados pelos próprios companheiros de guerra, a marcha forçada rumo ao deserto de Der-El-Zor, o enforcamento em praça pública, o abandono/descaso e a inanição são atos inumanos que expurgam completamente a existência do ser humano, rompe com sua dignidade, seu respeito.

Consequentemente em uma época remota e em um local dominado por todo um império era de se considerar que não houvesse testemunhas, tanto que o uso da expressão “holy mountains” seria como um modo de interligar a fé dos armênios com o símbolo mais imponente dessa fé: o Monte Ararat, local sagrado para a fé cristã dos armênios. Além do fato de o monte ser o nascedouro e o local de maior desenvolvimento desse povo.

Nesse diapasão é que a busca pela aceitação, dos países² da comunidade internacional, do genocídio, mas principalmente pela Turquia, a “herdeira”³ do holocausto, e da República Federativa do

2 “Atualmente, apenas 24 países do mundo inteiro usam a palavra genocídio oficialmente para se referir ao assassinato de armênios em 1915 pelo governo otomano. Entre os países que reconhecem, estão Bélgica, Canadá, França, Líbano, Rússia, Argentina, Chile, Uruguai, entre outros. O Parlamento Europeu, o Mercosul e o Conselho Mundial de Igrejas também reconhecem o genocídio armênio”. Contudo, ainda há países, como o Brasil, os Estados Unidos e a própria Armênia que insistem em desconsiderar sua existência ou alegar que foram atos de uma dita “guerra civil” (FERNANDES, 2015).

3 O uso da expressão herdeira está entre aspas pela Turquia ser a predecessora do Império Turco-Otomano e, enquanto detentora do conhecimento político a única capaz de aceitar o que seus antepassados propagaram.

Brasil⁴ é necessária, não apenas como algo que indique as disparidades pretéritas ou apenas culpe os turcos, servindo, contudo, como um ponto pernicioso que deve ser constantemente evitado. De preferência, impensado.

Reconhecimento incute na sociedade a consciência da real necessidade de recrudescer um presente mais igualitário (difusão dos direitos fundamentais: liberdade, igualdade e fraternidade) ao evitar a proliferação de atos horrendos, se torna uma moral a ser seguida. Em outro norte, a falta desse reconhecimento rompe com os preceitos da igualdade, da boa vida em comunidade. O não reconhecimento apenas perpetua atos revoltosos, expande a raiva, o rancor e rompe com a convivência pacífica, afinal, sempre haverá a desconfiança e a amargura.

O ato em si, ou seja, reconhecer é moralmente benéfico para o mundo todo; de modo que aceitar um erro não coloca em voga a intenção por trás de sua existência ou de sua continuidade, isso seria outro ponto a ser considerado. Como a objetividade (repercussão) de impedir a continuidade de atos que visem massacrar um grupo específico por não aderirem aos dominantes ou não se sujeitar às imposições estatais. A condição moral por detrás do reconhecimento é o viver em harmonia. Sim, há uma intenção por trás do reconhecimento, mas tal intenção é moralmente benéfica e seu valor, apesar de erigida em atos tenebrosos, é exultante.

De acordo com Kant, o valor moral de uma ação não consiste em suas consequências, mas na intenção com

4 A República Federativa do Brasil ao materializar seus princípios que regem as relações internacionais, demonstrando a importância de prevalecer os direitos humanos, a necessidade de defender a autodeterminação dos povos, a não-intervenção feérica de um Estado em outro, a defesa da paz, ou seja, evitar os conflitos a propagação de assoberbados debates acalorados, sendo, por fim, e mais importante o auxílio na cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, todos estabelecidos em sua Carta Magna de 1988, deveria ser um dos países que aceita o acontecimento como genocídio.

a qual a ação é realizada. O que importa é o motivo, que deve ser de uma determinada natureza. O que importa é fazer a coisa certa porque é a coisa certa, e não por algum outro motivo exterior a ela. [...] Para que uma ação seja moralmente boa, “não basta que ela se ajuste à lei moral – ela deve ser praticada em prol da lei moral”. E o motivo que confere o valor moral a uma ação é o dever (SANDEL, 2014, p. 143 -144).

De modo que o dever moral de qualquer governante, representante do povo ou cidadão que faça parte de uma sociedade é cuidar para que toda e qualquer pessoa seja civil e moralmente respeitada em seu espaço, sempre tendo em voga que todos, em comunidade, são iguais e merecem o tratamento adequado com base em sua condição integrante. O presente é feito com peças moldadas e lapidadas de atos pretéritos.

O passado não desaparece com o esquecimento, do mesmo modo que a política hitlerista ao utilizar a ideologia racial como arma política relegou ao mundo uma herança, um estigma. Não é por pouco que muitos consideram tal ato como “herança” alemã, não mundial. Contudo os atos praticados apenas refletiam a supremacia da ideologia racial que se perpetrava em todos os países, de modo que seu conhecimento histórcopolítico alimenta a busca por igualdade e proteção do indivíduo como pessoa humana, não, simples cidadão submisso ao Estado.

[...] pois, antes de esboçar um passo adiante, é preciso ter em mente o caminho percorrido pelos antecessores e que, decerto, não foi inútil, nem mesmo quando representou uma deformação ideológica. É a própria tábua, sobre a qual se balançaram (e balançam ainda) tantos juristas ilustres [...] (LYRA FILHO, 2006, p.

31).

Compreender e aceitar se faz vital à evolução social e espiritual, além de difundir materialidade hábil a aglutinar: consideração, aceitação, tolerância, igualdade e promulgação de exigências. Tudo em prol de uma sociedade com seres humanos fundamentais e especificamente protegidos. É com a intenção de efetuar essa proteção que os Direitos Humanos cresce, evolui e se permeia pelo mundo. Nasce nos primórdios da humanidade, quando se apercebe a importância da criação do Estado para controlar e resguardar direitos. Evolui com a Revolução Francesa que pela primeira vez começava a condensar a noção de igualdade entre as pessoas e a influência das classes, caminhando por diversas revoluções e abismos que impuserem a criação, após a póstuma Liga das Nações, da Organização das Nações Unidas semeando e efetivando a proteção em conjunto com o resguardo dos indivíduos em sua integridade, liberdade, dignidade e respeito para com os outros indivíduos, seja na relação com os países ou com outras pessoas.

Indubitável é a torpeza da mente humana que expôs ao mundo a beleza da antiguidade, infundindo ao homem como herança histórica o belo: suas construções, a descoberta das ciências, do automóvel, das indústrias e do bom comércio. Retrata alguns embates e batalhas, mas elimina a existência das imposições sangrentas, sofrimentos impostos e destruidores, incute no homem o sentimento de adoração à beleza e esquecimento de sua vil natureza, contudo, “[...] deixar de lado o mal e simplesmente considerá-lo um peso morto, que o tempo, por si mesmo, relegará ao esquecimento [...]” (ARENDDT, 1989, p. 13) é em vão.

1 CONTEXTO HISTÓRICO

A guerra sempre foi algo palpável e paliativo no contexto mundial. Constantemente tudo se conquistava, impunha e dominava pela guerra, quase como se o homem tivesse apenas o conhecimento e aperfeiçoamento de seu lado selvagem, impositivo. Aos poucos a conquista da fala, da retórica, permitiu que o ser humano percebesse a importância da vida pacífica e do horrendo desastre que a guerra proporcionava não para uma única pessoa, mas a todo um conjunto, uma comunidade, quiçá o mundo todo.

Dotados de faculdade similares, dividindo tudo em uma única comunidade de natureza, não se pode conceber que exista entre nós uma “hierarquia” que nos autoriza a nos destruir uns aos outros, como se tivéssemos sido feitos para servir de instrumento às necessidades uns dos outros, da mesma maneira que as ordens inferiores da criação são destinadas a servir de instrumento às nossas (LOCKE, 2006. p. 84).

Mesmo aludindo ao que Locke denominava “estado de natureza”, não se pode conceber que em uma sociedade política, cultural e economicamente organizada se crie hierarquias capazes de definir quem é melhor ou pior, importante ou insignificante que outro, não há moralidade em se permitir uma estrutura social que imponha mandos e desmandos, não há moralidade e isso retira o respeito que um ser humano tem para com o outro. Deflagra-se, incipientemente, a impossibilidade de um escolher modos e meios de eliminar o outro puramente por ele se considerar “superior”.

Um dos princípios morais de Kant é justamente a consideração da pessoa humana pelo fato de ela ser humana, independente de suas

condições culturais, linguísticas e extrínseca. Além de ser indubitável que um cargo de prestígio não alça aquela pessoa ao ápice, é apenas um “complexo de Deus”, que acaba permitindo, por concepções sociais e culturais, a consideração de que aquela pessoa é imutável e correta, que deve ser seguida com os olhos fechados e sem audição.

À vista disso, é importante estabelecer a necessidade de um retorno centenário, de modo que o genocídio armênio acontece no início da Primeira Guerra Mundial, o primeiro momento de tormento para a humanidade, em sequência, se passará pelos atos nazistas, buscando estabelecer uma ligação entre os atos do Império turco-otomano, por intermédio do partido dos *jovens turcos*, e a atuação político-ideológico do exército nazista. Estabelecendo como a morte dos armênios em muito se assemelha ao genocídio judeu, mais um dos motivos que imiscuem a morte dos armênios como genocídio, no caso, o primeiro do século XX.

O Nazismo expôs ao mundo a frieza do ser humano e o perigo das armas político-ideológicas, foi um dos mais desastrosos atos contra a natureza humana, contra a vida e a preservação social. Ainda assim, não foi o pior, nem o primeiro momento que devastou os preceitos de igualdade e retalhou os direitos fundamentais de preservação da raça humana.

A ideologia, portanto, é uma crença falsa, uma “evidência” não refletida que traduz uma deformação inconsciente da realidade. Não vemos os subterrâneos de irreflexão em que a fomos buscar e, ao contrário, ela nos traz a ilusão de uma certeza tal, que nem achamos necessário demonstrá-la. Raciocinamos a partir dela, mas não sobre ela, de vez que considerá-la como objeto de reflexão e fazer incidir sobre aquilo o senso crítico já seria o primeiro passo da

direção superadora, isto é, iniciaria o pressô de desideologização (LYRA FILHO, 2006, p. 190).

Retrocendo, o ponto de partida é a ascensão Turco-otomana que decorreu de sua crescente necessidade por expansão territorial e imposição da crença de que sua missão divina era impor ao mundo a religião islã. Os antigos nômades se instalaram nas terras da atual Turquia e fomentou um dos Impérios de maior poderio territorial e bélico, o Império Turco-Otomano, seu símbolo de poder. Primeiro, conquistaram o Ocidente, pilhando e expandindo, seguindo, posteriormente, ao seu maior objeto de desejo, a Europa. Contudo, a forte defesa da cidade de Viena e a dificuldade em se chegar ao território, uma vez que as condições climáticas eram desfavoráveis relegou aos turco-otomanos sua primeira derrota.

Apesar de poder se expandir em outras direções, seu verdadeiro objeto de desejo: a Europa, não era bem uma realidade a ser alcançada. Contudo, em outro ponto, o “problema” dos Otomanos vinha de dentro, da Armênia.

Os Armênios viviam desde antes da Era Cristã em seu território atual, assim, sua organização político-administrativa era imaculada, de modo a ser um povo com laços étnicos⁵. E, o primeiro país a aceitar a religião Cristã como oficial. Portanto no momento em que os Turco-Otomanos adentraram o Oriente Médio impondo sua ideologia pelo uso coercitivo da supremacia, encontraram um povo enraizado e indisposto a ser influenciado ou moldado.

Logo, o exército turco Otomano conquistou a parte Ocidental da

⁵ Étnico é utilizado para definir o conjunto de pessoas que possuem laços histórico-culturais que os unem, seja, língua, cultura ou religião.

Armênia, enquanto, por volta de 1804-1813, o lado Oriental era anexado pela Rússia. Apesar de ter o mesmo povo, a Armênia era governada por ambos os lados, uma desastrosa linha tênue que infelizmente viria a se romper. Nesse ínterim, a dificuldade dos turco-otomanos em impor aos armênios sua cultura e religião demonstrava como a fragilidade entre os dois Estados era perigosa, agravado ainda mais com a decisão do lado Ocidental em se unir ao Oriental na busca por independência (TAMDJIAN, 2015) fato que iniciou uma discussão política entre a comunidade internacional, principalmente pela não aceitação de independência por parte dos turco-otomanos. Era de sua precedência que toda a Armênia fizesse parte de seu Império; algo sob seu domínio e poder.

Essa discussão se enveredou por todo o fim do século XIX atingiu patamares internacionais e apenas resultou em partidos políticos contrapostos que dialeticamente duelavam em busca da libertação. Não duraria muito tempo, em 1914 o mundo via surgir o espectro da Primeira Guerra Mundial, momento que retirou da pauta toda a discussão da libertação Ocidental. Era apenas o ponto de partida para os turcos, por medo de represálias e da influência russa, além de fatores passados, iniciarem um dos piores genocídios do século XX.

A formação de uma sociedade não é visível unicamente com parcelas iguais, ela é feita com diferentes, seja em questão cultural ou social, não é sem precedentes que é necessário a criação de leis para a proteção e cuidado de toda a comunidade, sempre atendendo à igualdade e preservação humana. Os turco-otomanos governavam a impunham seus desejos e vontades; visavam unicamente ao cumprimento de seu “dever”, à expansão territorial e difusão ideológica, respeitavam a máxima da preservação comunitária, pois não se almejava preservar a comunidade diferente, sim, aquela que seria submissa ao ser governo, à cultura e à

religião islã.

[...] seja quem for que tenha o [...] poder supremo, de uma comunidade civil, deve governar através de leis estabelecidas e permanentes, promulgadas e conhecidas do povo, e não por meio de decretos improvisados; por juízes imparciais e íntegros, que irão decidir as controvérsias conforme estas leis; e só deve empregar a força da comunidade, em seu interior, para assegurar a aplicação destas leis, e, no exterior, pondo a comunidade ao abrigo das usurpações e da invasão. E tudo isso não deve visar outro objetivo senão a paz, a segurança e o bem público do povo (LOCKE, 2006, p. 159).

Nessa crescente busca por imposições ideológicas (culturais e religiosas) e poder bélico (exércitos e armas) é que o conflito teve início quando diversos Armênios intelectuais se reuniram em Constantinopla para definir os rumos de seu Estado. Logo, os turco-otomanos invadiram a reunião e após “averiguações” todos os intelectuais foram massacrados, alguns fuzilados, outros, enforcados em praça pública. Disseminada a ideia de que os armênios eram “perigosos” para os interesses do Estado foi que com a Primeira Guerra o partido dos “*jovens turcos*” (organização militar que defendia o poder bélico como imposição do poder turco) perpetrou o genocídio com a eliminação dos soldados armênios que integravam seu contingente (VASCONCELOS, 2013).

Esse foi apenas o primeiro passo rumo ao esquecimento.

2 HOLOCAUSTO NAZISTA X HOLOCAUSTO ARMÊNIO

O holocausto⁶ armênio e nazista ocorreram em pleno século XX.

6 O holocausto ocorre “no momento em que os seres humanos se tornam supérfluos e descartáveis, no

Contudo, o nazismo foi difundido na Alemanha por Adolf Hitler, valendo ressaltar que não foi o simples ódio à raça judia, na política hitlerista que influenciou sua difusão, seu real objetivo era disseminar a ideologia racial ao desejar preservar a superioridade ariana. Nesse seguimento, não apenas os judeus foram excluídos como também maçons, negros, homossexuais e qualquer outra raça que poderia deturpar a “pureza” dos arianos.

As ações hitleristas foram trazidas do passado, desde o momento em que se denotou a superioridade econômica, dialética e política, principalmente dos judeus como seres que nunca estavam realmente engajados na política, mas auxiliavam e sempre ascendiam ao lado dos grandes detentores de poder. O real ódio contra os judeus adveio da falta de poder e grande acúmulo de riquezas, não sendo algo apenas do presente, outrora uma questão que predispunha uma ordem cronológica de pensamento que foi construído passo a passo com a história de formação da comunidade judaica (ARENDDT, 1989).

Enquanto os nobres dispunham de vastos poderes, eram não apenas tolerados mas respeitados. Ao perderem seus privilégios, e entre eles o privilégio de explorar e oprimir, o povo descobriu que eles eram parasitas, sem qualquer função real na condução do país. Em outras palavras, nem a opressão nem a exploração em si chegam a constituir a causa de ressentimento: mas a riqueza sem função palpável é muito mais intolerável, porque ninguém pode compreender – e conseqüentemente aceitar – por que ela deve ser tolerada [...] O que faz com que os homens obedeçam ou tolerem o poder e, por outro

momento em que vige a lógica da destruição, em que cruelmente se abole o valor da pessoa humana [...]” nesse momento em que destruição e o descarte é mais forte que a igualdade, percebe-se que os seres humanos perdem o respeito um pelo outro, os seres humanos vivem do poder e da implementação ideológica de seu ponto de vista, assim “[...] torna-se necessária a reconstrução dos direitos humanos, como paradigma ético capaz de reestruturar a lógica do razoável” (PIOVESAN, 2013, p. 190).

lado, odeiem aqueles que dispõem de riqueza sem poder é a ideia de que o poder tem uma determinada função e certa utilidade geral (ARENDR, 1989, p. 24-25).

Seguidamente, o ódio às outras raças advinha do passado escravocrata que denotou ao negro a impureza racial, algo heterogêneo e inaceitável. Logo, a política hitlerista não foi sentimental, apenas refletiu os sentimentos globais.

As práticas nazistas visavam colocar a sociedade e, em pouco tempo, o mundo contra os ditos “impuros”, pois ao se apoiar na Teoria da Evolução das Espécies, de Charles Darwin, o Führer, tinha plena certeza de que os arianos existiam no mundo unicamente para dominar e ascender aos altos cargos, afinal se revestia de uma pureza divina. Em contrapartida reprimia o fato de que, o Ocidente, com suas teorias marxistas de expansão e conquista matéria, acabou adentrando territórios e permitindo uma mistura de raças que acarretou na deturpação e deterioração da superioridade ariana (JORGE, 2012).

Do mesmo modo que a política perpetrada por Hitler os Turco-Otomanos também lutavam em prol do controle social, almejava-se um crescimento de proporções titânicas. A ideologia religiosa foi o derradeiro epicentro do holocausto armênio, apenas um dos motivos pelo qual se difundiu a ideia de extermínio da raça. Assim, como a política hitlerista os turco-otomanos agiam em prol da ascensão e imposição ideológica. Eclodia em seu seio o fato de que mereciam dominar não apenas um ou outro lado do continente, mas todo ele, não se cogitava aceitar que seu objetivo de impor ao mundo a religião islâmica fosse retraído por um agrupamento imutável.

No fatídico 24 de abril de 1915, cerca de 600 armênios que

vivam no Império Turco-Otomano foram presos e acusados de traição para serem, posteriormente, sumariamente executados, de fuzilamentos (prática também utilizada pelo nazismo) a enforcamentos em praça pública. Na intenção de evitar uma guerra civil em seu exército os intendentos turcos: Even Bey, ministro da Justiça e Talat Pasha, o ministro do interior, ordenaram a execução de todos os soldados armênios em seu exército. Enquanto suas famílias, mulheres e crianças deveriam ser expurgadas das zonas de guerra. Assim se iniciava a Marcha da Morte armênia⁷ que em muito se assemelha à Marcha da Morte judia.

Milhares de mulheres e crianças eram violentadas ou morriam de inanição no caminho pelo deserto; padres eram crucificados para demonstrar como a crença religiosa dos Armênios era um erro, um modo de coerção mental. Os turcos se valiam da religião armênia para desumanizá-los. Os homens levados às trincheiras apenas com pás acabavam alvejados pelo inimigo ou pelos próprios turcos⁸. Do mesmo modo como os judeus eram levados, acreditando que estavam sendo retirados da zona de guerra, da zona de risco e facilmente tratados como rebanhos, como animais descartáveis e substituíveis rumo aos campos de concentração⁹. É mais fácil começar do zero do que infundir ideologias

7 Determina-se que a Marcha da Morte armênia foi o momento em que a maioria das pessoas foram mortas e expostas a atos degradantes e desrespeitosos, pois "a maior parte das vítimas morreu durante longas e penosas jornadas de deportação que tinham como destino o deserto de Der-El-Zor, localizado no território sírio, naquela época parte do Império Otomano. "Os turcos alegavam que os armênios precisavam deixar suas casas por causa do avanço das tropas da Entente e organizavam caravanas de morte, formadas por mulheres, crianças e idosos. Muitos levavam a chave de casa, achando que iriam voltar", diz o professor de geopolítica James Onnig Tamdjian, de 39 anos, neto de armênios que sobreviveram ao genocídio. "No meio do caminho, os armênios sofriam abusos. As mulheres eram violentadas, seus filhos raptados e a maioria morria de fome, sede, doença ou frio. Os poucos que chegavam aos campos de concentração tinham poucas chances de sobreviver" (VASCONCELOS, 2015).

8 Onde se pode perceber parte do tratamento relegado aos homens da Armênia Ocidental, de modo que, "os homens morriam assassinados no front de batalha da Primeira Guerra. Se antes eles não podiam nem integrar as forças armadas turcas, agora haviam sido convocados para se alistar no Exército. Só que não podiam pegar em armas. "Enquanto cavavam trincheiras, eram executados pelos próprios soldados otomanos. A convocação para o serviço militar foi um pretexto para deixar as aldeias desprotegidas", afirma Tamdjian" (VASCONCELOS, 2015).

9 É de precedente importância ressaltar que tanto no holocausto nazista como no holocausto armênio houve

em mentes formadas.

Fato pertinente foi incutir na população, em geral, que os campos de concentração serviam unicamente com a finalidade de ensinar aquelas pessoas, com a finalidade única de lhes trazer dignidade e caráter por meio do trabalho. Enquanto, tanto com os armênios como com os judeus, os campos de concentração serviam unicamente como mecanismos de descarte daquela parcela inaceitável dentro do contexto social.

Outro ponto relevante foi a diáspora provocada tanto pelos nazistas como pelos turco-otomanos. Ao final da Segunda Guerra, e até mesmo durante, grande parte dos judeus fugiram para a Inglaterra, as Américas ou para países integrantes dos Aliados, enquanto que os armênios, durante o holocausto que quase os dizimou, na Primeira Guerra, fugiam para os países que não fossem aliados das Potências do Eixo, estava formado o fenômeno da diáspora¹⁰ que espalhou pelo mundo tanto os judeus como os armênios permitindo que eles perdessem parte de sua crença cultura, política e econômica.

Não obstante, em seu afã de provar que tudo é possível, os regimes totalitários descobriram, sem o saber, que existem crimes que os homens não podem punir ou perdoar. Ao tornar-se possível, o impossível passou a ser o mal absoluto, impunível e imperdoável, que já não podia ser compreendido nem explicado pelos motivos malignos do egoísmo, da ganância, da cobiça, do ressentimento, do desejo do poder e da

a existência de campos de concentração, contudo, a grande deflagração e conhecimento foram com base nos atos nazistas, mais difundidos em âmbito mundial, enquanto os atos Otomanos sumiam com as areais do deserto.

¹⁰ O conceito de diáspora utilizado é aquele estabelecido por Pierre George (*apud* ROSAS, 2006, p. 52) onde “a diáspora acontece quando populações se dispersam pelo mundo, saindo de seu país de origem devido à perseguições políticas, religiosas, dentre outras” [...] Assim, “as principais características da diáspora são: a dispersão de determinado povo através de vários êxodos, o estabelecimento de comunidades em diversos pontos de asilo, bem como a manutenção das características culturais do grupo e a consequente segregação em relação ao meio receptor.

covardia; e que, portanto, a ira não podia vingar, o amor não podia suportar, a amizade não podia perdoar (ARENDRT, 1989, p. 510).

Não cabe a um pesquisador reviver os atos passados ou a perspicácia com que foram desempenhados com o intuito de florescer sentimentos de rancor e ódio que possam induzir o raciocínio do interlocutor, disso se revestem os romances, cabe, unicamente, demonstrar todas as circunstâncias que permeiam o acontecimento, não apenas as elementares. O sentimentalismo deturpa a existência de uma problemática que pode permitir a compreensão e o raciocínio, não o motivo que demonstra a existência singular, mas a carga interdisciplinar (histórica, social, moral e cultural) que o rodeia.

Todo fim predispõe um início, e esse começo deve ser visto como uma mudança, como uma possibilidade de ser melhor. Não se conspurca a hipótese de possibilitar o seguimento cego de uma ideologia, se busca sua compreensão, seu raciocínio e entendimento, se busca construir um presente mais igualitário e benéfico tendo como base os erros anteriores. São eles que demonstram a forma política, econômica e moral em que a sociedade deve se erigir; tudo tem como começo, um acontecimento pretérito, e, todo “começo, antes de tornar-se evento histórico, é a suprema capacidade do homem; politicamente, equivalente à liberdade do homem. *Initium ut esset homo creatus est* – “o homem foi criado para que houvesse um começo” (ARENDRT, 1989, p. 531).

3 RECONHECIMENTO DO GENOCÍDIO ARMÊNIO COMO DIFUSOR DA IGUAL DIGNIDADE AOS POVOS

Você consegue ouvir as montanhas sagradas?

Mentiroso! Assassino! Demônio! Volte para o rio Arax! A boca de alguém disse: “pintem todos de vermelho” Mentiroso! Assassino! Demônio! Volte para o rio Arax! (MALAKIAN; TANKIAN, 2005).

O trecho apresentado retrata a represália sofrida pelos armênios, de modo que foram acuados, enganados e esmagados por um povo que desejava a conquista acima de tudo. Por um povo que não via como meio de conquista apenas a ocupação territorial, era preciso acabar com tudo que trouxesse recordações ou lembranças daquelas que outrora viveram naquele local, logo, a política da boa vizinhança era apenas uma máscara que enfraquecia um dos lados para que o outro pudesse dominá-lo e impor suas condições de existência.

Nessa época, em que a expansão territorial significava poder, prestígio, infundia-se o terror como modo de dominação. O terror foi uma das armas mais bem utilizadas para o domínio, entretanto não era apenas o terror no sentido de assustar as pessoas, não era uma brincadeira; o meio como se impelia esse terror era psicológico, havia a repressão física que assustava, mas sua constância permitia o ardor dos reprimidos e permitia que eclodisse em seu interior a raiva e o rancor, logo eles poderiam se erguer e se rebelar contra os opressores.

Desse modo, apenas reprimir nunca foi o meio mais eficaz, era preciso afetar o psicológico daqueles que se dominava pelo terror, pelo terror de que nada poderia ser modificado, pelo terror de que ninguém era confiável e qualquer pessoa poderia estar auxiliando o Estado, qualquer um poderia ser um aliado implantado para acabar com as ideias dos revoltosos. É nesse contexto que os governantes criavam propagandas, mecanismos, para que as pessoas não confiassem em ninguém, restava apenas solidão como meio de vida, fato que as impedia de encontrar

alguém disposto a lutar em prol de seus ideais.

A diferença fundamental entre as ditaduras modernas e as tiranias do passado está no uso do terror não como meio de extermínio e amedrontamento dos oponentes, mas como instrumento corriqueiro para governar as massas perfeitamente obedientes. O terror, contudo, assume a simples forma do governo só no último estágio de seu desenvolvimento. O estabelecimento de um regime totalitário requer a apresentação do terror como instrumento necessário para a realização de uma ideologia específica, e essa ideologia deve obter a adesão de muitos, até mesmo da maioria, antes que o terror possa ser estabelecido (ARENDRT, 1989, p. 26).

No caso do nazismo foi imposta uma ditadura, afinal toda a sociedade já se encontrava “alienada”, e, no caso dos turco-otomanos se utilizou a Primeira Guerra como possibilidade de “derrubar” e “conquistar”, no caso, foi feito com que os armênios desocupassem seu território com o engendrado discurso de que aquele seria um dos locais afetados pela guerra, logo, deveriam ser levado a locais apropriados onde estariam em segurança, assim, se destruiu a voz política (controle) dos armênios, depois os levou para longe e matou os soldados que aceitaram lutar ao lado dos turco-otomanos (derrubar), de modo que ao final lhes restava um território a ser ocupado (conquistar).

Frente aos dizeres de Arendt, é indubitável se estabelecer a diferença de que os turco-otomanos não criaram um governo e colocaram o terror como dominação de toda a nação, eles apenas utilizaram do terror como estratégia para fazer com que os armênios acreditassem em sua boa-intenção e não fossem contra suas ações. Eles se utilizaram do

terror advindo da guerra, logo, foi apenas um meio para possibilitar o esquecimento do massacre dos que se rebelaram em prol da independência Armênia, impedindo novas revoltas e viabilizando ao final a difusão ideológica que desejavam. É indubitável que sua política se baseava no terror para dominar as vítimas: quem era um impasse em sua ascensão.

Como política social ou como estratégia o terror, mesmo ao final do domínio e das imposições, acaba fazendo com que aqueles que o sofreram e que viveram as repressões se tornem reclusos de seus próprios temores, faz com que continuem temendo cada passo e cada fala, impede que as pessoas liberem seus sentimentos, seus temores e seus fantasmas. Há um sentimentalismo em se libertar os que ainda vivem em prol da conscientização popular do genocídio. Perpetua o medo por parte dos que sobreviveram e podem relatar ou escrever sobre seu sofrimento, há temor e isso envenena o interior de qualquer ser humano.

Porque destruir a individualidade é destruir a espontaneidade, a capacidade do homem de iniciar algo novo com os seus próprios recursos, algo que não possa ser explicado à base da reação ao ambiente e aos fatos. Morta a individualidade, nada resta senão horríveis marionetes com rostos de homem [...] todas reagindo com perfeita previsibilidade mesmo quando marcham para a morte (ARENDR, 1999, p. 506).

Existe uma maior liberdade para expor os acontecimentos e as atrocidades que foram cometidas, contudo, essa liberdade parece reacender o medo que dominava essas pessoas na época, lhes faz mergulhar no mais íntimo e sombrio do medo, não um medo fictício, um medo real e carnal que consome e domina cada partícula de seu ser.

A montanha sagrada retratada na música e no título do artigo

simboliza o monte Ararat, consideradas sagradas na cultura da religião armênia, são tidas como as únicas testemunhas do genocídio, os únicos que sussurram a verdade, que gritam aos quatro ventos, inadvertidamente para que seus algozes voltem ao rio Aras¹¹. As mentiras perpetradas os tornam traidores da boa vontade, rompendo com os princípios da vida comunitária internacional¹², os tornam “Mentirosos! Assassinos! Demônios!”. Esse sentimento de revolta¹³ é passado, após o genocídio, de pai para filho, cada vez mais cultivado pelo que aconteceu ao seu povo, principalmente quando há uma constante negação¹⁴.

O uso da expressão “holy mountains” é apenas mais um modo de se demonstrar a verdade por trás dos acontecimentos, como a fé de um povo foi desconsiderada e foram execrados pela impossibilidade de dominação e mudança, pois tinham fé no cristianismo e o grande símbolo

11 Conforme disposições cartográficas o Rio Aras separa a Armênia e a Turquia, é a fronteira entre os dois países.

12 Buscando retratar a importância do respeito entre os Estados é que na doutrina de Francisco Rezek demonstra-se a existência dos princípios, fonte primordiais do Direito, que devem reger a vida entre os países na comunidade internacional, assim, “cumpriria prestigiar antes de tudo os grandes princípios gerais do próprio direito das gentes na era atual: o da *não agressão*, o da *solução pacífica dos litígios* entre Estados, o da *autodeterminação dos povos*, o da *coexistência pacífica*, o do *desarmamento*, o da *proibição da propaganda de guerra* [...]” (REZEK, 2011, p.163).

13 Um problema que pode atingir proporções cataclísmicas, pois, uns olvidam em aceitar tal realidade e outros buscam a afirmação em prol da lembrança e do respeito aos mortos. Nesse diapasão foi que “a poderosa frase do papa - “*Ocultar ou negar o mal é como permitir que uma ferida siga sangrando sem enfaixá-la*” estendeu a condenação a todos os outros assassinatos em massa mais recentes, incluindo aqueles no Camboja, Ruanda, Burundi e Bósnia e massacres de hoje pelo Estado Islâmico” (WILLEY, 2015). A fala do papa, ao se referir às mortes na Armênia, eclodiu no centro da Turquia e não foi sem precedentes que o inconformismo do presidente da Turquia, Tayyip Erdogan, o levou a afirmar, “eu condeno o papa e gostaria de alertá-lo para que não cometa erros parecidos novamente”. (PAMUK, 2015). São discussões e ricos de se criar problemas e discussões políticas que podem afetar toda uma sociedade é que há uma necessidade de se reconhecer o genocídio.

14 Em uma carta pública aberta ao povo da Turquia o cantor Serj Tankian, cidadão armênio-americano, trás a necessidade de declaração do genocídio armênio e retrata a importância de tal ato não apenas para ele, posto que busca o reconhecimento não apenas de seus ascendentes, mas de toda uma raça, um povo que busca o reconhecimento de que foram injustiçados, a busca por uma história conjunta de turcos e armênios. Assim, em suas palavras: “Turkey is very important to me not just because my grandparents came from there but because my whole race came from those lands that were forcefully taken from them, not by war, or in the changing of borders but by the brutal orders of the Ittihad Government. What does this all mean to us today? It’s quite simple. Armenians don’t want to hassle Turkey, or create racial divisions, we just want justice so we can all move on from this historical pain that strains our relationship. This is not just about Armenian history but also the history of Turkey” (Disponível em <<http://asbarez.com/122160/tankian-urges-turks-to-%E2%80%98truly-find-yourself%E2%80%99/>> Acesso em 14 abr. 2015).

dessa fé foi o monte Ararat. Os armênios têm no monte não apenas um símbolo sagrado, uma expressão de sua fé crista, mas também como o nascedouro de sua civilização, como o nascedouro de seu povo, suas conquistas e seu espaço.

Reconhecer o genocídio¹⁵ judeu e julgar seus percussores no Tribunal de Nuremberg trouxe ao mundo a importância da real necessidade de proteção do indivíduo. Difundiu-se, interna e externamente, a ideia de que a diversidade cultural, em cada país, ainda existe; há pequenas parcelas que são diferentes, seja em âmbito cultural, religioso ou sexual, o importante é que todas essas minorias se respeitem e tolerem. Os Estados, enquanto detentores de poder devem ter consciência de que a aceitação do genocídio, mesmo soando ruim aos ouvidos, soa bem à alma, pois demonstra que há um repúdio até mesmo por parte daqueles que governam *a posteriori*.

Viver como bons vizinhos enquanto integrantes de uma comunidade impõe aos Estados respeito mútuo, tanto entre eles, quanto entre os indivíduos, de modo que essa parcela se difere por questões culturais. A ideia de proteção do ser humano surge quando essa diferenciação cultural passa a ser sinônimo de superioridade, influenciando no extermínio e recaindo na intolerância para com o diferente. Logo, é com o reconhecimento do genocídio armênio pelos turcos que se demonstrará, mais uma vez, a aceitação e convivência entre as diferenças, que se demonstrará e importância do indivíduo enquanto parte de um todo, difundindo que os erros passados não influenciem

¹⁵ Apesar do ato Turco-Otomano em retirar os armênios de suas casas e levá-los rumo aos desertos, alegando que deveriam ficar longe do centro de combate, inculcando à ideia de expulsão, deve ser levando em conta sua real finalidade: matar os habitantes, nunca houve intenção de levá-los para outro local. Logo, “a expulsão e o genocídio, embora ambos sejam crimes internacionais, devem ser distinguidos: o primeiro é crime contra as nações irmãs, enquanto o último é um ataque à diversidade humana enquanto tal, isto é, a uma característica do “status humano” sem a qual a simples palavras “humanidade” perde o sentido” (ARENDE, 1999).

negativamente nos atos presentes.

O reconhecimento¹⁶ não é para fins de confirmação ou não do ato, são inúmeros os documentos existentes em bibliotecas e museus, além de testemunhos e vítimas escondidas que confirmaram e registraram cada ato consumado. O reconhecimento exsurge para evitar esse cultivo de revolta por parte dos armênios, para que se estabeleça uma política partidária, onde os turcos entendem o erro cometido no passado e saibam que foi algo ruim. Isso, não é o fim ou o princípio do fim, é o começo da fortificação dos parâmetros de dignidade e preservação nacional.

É apenas o começo de uma crescente luta por igualdade, sem ideologias impostas, sem superioridade racial ou classista, sem um poder soberano sobre cada nação. A sociedade como ente igualitário será utópica até que todos os povos lutem e se movimentem em prol de uma real identidade universal humanitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ser humano em grandes momentos da história era visto apenas como algo descartável, sua colocação era determinada com base na sua posição social e no modo como seria útil para que o Estado conquistasse espaço territorial, recursos econômicos e poder bélico para sua ascensão. Tal colocação acabava por considerá-lo como descartável frente à desconsideração com que era tratado.

¹⁶ É importante ressaltar o fato de que em âmbito internacional, quando o Estado não reconhece a existência do genocídio perpetrado, incide a evocação do Tribunal Permanente dos Povos, criado justamente para julgar e processar os atos considerados como atentadores à integridade dos povos. Assim, é que, pela Turquia insistir em não reconhecer tal violação é que foi instaurado, em 1984, em Paris, a sessão do Tribunal que julgou o genocídio Armênio. "Ao final do processo, esse Tribunal foi o primeiro a proferir decisão, julgando plenamente caracterizada a ocorrência do Genocídio [...] Consistiu na declaração de culpa do Governo do Partido dos Jovens Turcos, durante a Primeira Guerra Mundial, como autor da prática do Genocídio, pela qual o Estado Turco deve assumir responsabilidade" (AMIRALIAN, 2011, p.7).

Cada governante via um meio de impor suas vontades e seu desejo, sempre pensando em meios de dominar psicologicamente a sociedade para que acreditasse agir por pura vontade, por seus desejos e expressões, ledo engano, quase sempre cada ato era feito por se buscar satisfazer aquele que governava, quem detinha o poder. O pensamento era arma utilizada para que as pessoas fossem alienadas, tinha o intuito de não permitir que raciocinassem sobre a moralidade de seu ato. Visava unicamente a tarefa de executar, pois pela “[...] capacidade de pensar, os seres humanos são suspeitos por definição, e essa suspeita não pode ser evitada pela conduta exemplar, pois a capacidade humana de pensar é também a capacidade de mudar de ideia” (ARENDDT, 1989, p. 481).

Essa supremacia acabava por não aceitar pessoas que agissem ou pensassem diferentemente do que era colocado por quem controlava o Estado e seus órgãos, tornava as pessoas submissas fosse lhes retirado o direito de ir e vir, de falar, de se expressar ou até mesmo o temor de pensar diferente. O temor, o medo e o terror se tornaram armas que coagem as pessoas, que as tornavam submissas e acolhedoras de todo e qualquer ato, até mesmo lhes incutia um agir conforme as regras, gerava um bloqueio mental que impedia o raciocinar sobre o porquê daquele ato.

A intenção final não repousa em trazer à tona os horrores do passado ou o desespero que atingiu milhares de pessoas em determinado momento, serve, contudo, para incutir o pensamento de como o ser humano pode ser cruel e perverso, como a desconsideração, a intolerância e imposição de ideologias (religiosa, racial ou de classe) destrói o ser humano e acarreta em repressões sangrentas.

Não se almeja deteriorar a história de um país ou sociedade, a importância de se conhecer os horrores do passado é evitar sua propagação na contemporaneidade, é demonstrar não a culpa de cada

qual, mas a culpa de toda a nação, a culpa em se permitir, paulatinamente, a existência de represálias e imposições. A culpa por se manter quieto ou calado ante a visibilidade de horrores que não deveriam existir, ante a deterioração do ser humano.

Em consonância a expressão "holy mountains" é uma grande referência ao fato de que não se pode retirar a verdade dos acontecimentos dos montes sagrados que foram, outrora, testemunhas de todo o holocausto; entretanto, ela também é utilizada por ser parte da fé e da crença religiosa dos armênios. Dentro da fé cristã, aquele é o monte onde foi encontrada a arca de Noé e para os armênios, tal fato, tornava as montanhas sagradas e especiais. Do mesmo modo, tal monta é visto como nascedouro da civilização armênia o que o torna símbolo para essa nação.

Nesse diapasão, a intenção é demonstrar que o reconhecimento não está aprisionado nas "montanhas sagradas", que a expressão é um meio de demonstrar a busca pelo reconhecimento, que a montanha por sua exuberância e história é local da fé armênia e sussurra a verdade que gritam para todos os lados o horror do genocídio, o horror de um acontecimento que agora ganha vozes humanas em sua luta e deixa de ser apenas um sussurro, se torna um brado por igualdade e respeito.

Por fim, os holocaustos, as Guerras, as mortes e todo ato que destruiu milhares de vidas humanas não devem ser esquecidos, pois demonstram como o ser humano deve ser respeitado em sua integralidade, como o ser humano deve ser tratado por existir, como o que importa não são as características da pessoa, mas o fato de ela existir e respirar. Isso serve de massificação para o endurecimento dos Direitos Humanos, para despertar o sentimento humano de respeito ao próximo, para com aqueles que sofrem. Serve para que as pessoas e o Estado se tornem mais amáveis e respeitadoras do espaço e direito do próximo.

REFERÊNCIAS

AMIRALIAN, Sossi. **Veredito em o crime do silêncio: o genocídio Armênio**. São Paulo: Zoryan Institute, 2011. Disponível em: <<http://consuladodaarmenia.com/wp-content/uploads/2015/02/O-VEREDITO.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um retrato sobre a banalidade do mal**. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

_____. **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

FERNANDES, Sandro. **Brasil ainda não reconhece massacre contra os armênios como genocídio**. 2015. Disponível em: <<http://www.abc.com.br/noticias/internacional/2015/04/brasil-ainda-nao-reconhece-massacre-contra-armenios-como-genocidio>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

LYRA FILHO, Roberto. **O que é direito**. São Paulo: Brasilienses, 2006.

ROSAS, Geraldine. **O conflito tâmil no Sri Lanka: relações transfronteiriças e caráter transnacional**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) Centro Universitário de Belo Horizonte, Belo Horizonte, 2006.

JORGE, Fernando. **Hitler: retrato de uma tirania**. São Paulo: Geração Editorial, 2012.

LOCKE, John. **O segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil**. Tradução de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. 4. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

MALAKIAN, Daron; TANKIAN, Serj. Holy mountains. In: System Of A Down. **Hypnotize**. Rio de Janeiro. Sony Music Entertainment: 2005. 1 CD. Faixa 8.

PAMUK, Humeyra. **“Eu condeno o papa” por comentário sobre o genocídio armênio, diz presidente turco**. 2015. Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/worldNews/idBRKBN0N51ZV20150414>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

PIOVESAN, Flávia. **Direito humanos e o direito constitucional internacional**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

REZEK, José Francisco. **Direito internacional público: curso elementar**. 13. Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

SANDEL, Michael J. **Justiça: o que é fazer a coisa certa**. Tradução de Heloisa Matias e Maria Alice Máximo. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

TAMDJIAN, Yervant. **Armênia**. Disponível em: <<http://www.armenia.com.br/hayk.htm#osa> - Apanhado histórico dos armênios até a atualidade>. Acesso: em 14 abr. 2015.

TANKIAN, Serj. **Tankian urges turks to ‘truly find yourself’**. 2014. Disponível em: <<http://asbarez.com/122160/tankian-urges-turks-to-%E2%80%98truly-find-yourself%E2%80%99/>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

VASCONCELOS, Yuri. **Genocídio armênio**. 2013. Disponível em: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/genocidio-armenio-434250.shtml>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

WILLEY, David. **Papa Francisco chama mortes na Armênia de**

genocídio. 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/04/150412_papa_genocidio_armenio_lab>. Acesso em: 16 abr. 2015.

Como citar: DAMASCENO; Mayron Moraes; LOURENÇO, Cláudia Luiz. “Holy mountains”: o sussurro histórico na busca por reconhecimento. **Scientia Iuris**, Londrina, v. 20, n. 3, p.72-100, nov. 2016. DOI: 10.5433/2178-8189.2016v20n3p72. ISSN: 2178-8189.

Submetido em 12/01/2016

Aprovado em 28/09/2016